

ASSOCIAÇÃO "OBRA DO BERÇO"

Administração - Rua do Chico Nunes, 173 - Jardim Rebouças - São Paulo/SP
 CEP: 05374-110 - Fone: 5844-1915
 Rua Borges Lagoa, 1.555 - CEP: 04038-034 - Telefax: 5571-6801 - São Paulo/SP
 Rua do Chico Nunes, 241 - CEP: 05374-110 - Telefax: 5841-9162 - São Paulo/SP
 Rua Dom João Batista Nery, 381 - CEP: 04467-050 - Telefax: 5611-0464 - São Paulo/SP

Fundada em 1º de Dezembro de 1.938 / Utilidade Pública Federal / Utilidade Pública Estadual /
 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Registro na Secretaria Promoção Social nº.239

CNPJ: 62.440.045/0001-34

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.013

(Em milhares de reais)

<u>ATIVOS</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	830	868	Fornecedores	7	108	177
Títulos e valores mobiliários	4	1.779	2.456	Obrigações sociais a recolher	8	<u>110</u>	<u>152</u>
Contas a receber	5	196	68	Total dos passivos circulantes		<u>218</u>	<u>329</u>
Adiantamentos a fornecedores		<u>156</u>	<u>74</u>				
Total dos ativos circulantes		<u>2.960</u>	<u>3.466</u>	NÃO CIRCULANTE			
				Provisão para riscos trabalhistas	9	<u>30</u>	<u>43</u>
NÃO CIRCULANTE							
Investimento		1	1	PATRIMÔNIO SOCIAL			
Imobilizado	6	<u>1.456</u>	<u>1.536</u>	Patrimônio social		3.724	3.724
Total dos ativos não circulantes		1.457	1.537	Superávit acumulado		<u>446</u>	<u>907</u>
				Total do patrimônio social		4.170	4.631
TOTAL DOS ATIVOS		<u>4.418</u>	<u>5.003</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		<u>4.418</u>	<u>5.003</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vera Helena Mendonça Pires Oliveira Dias
Diretora Presidente

Aline Rios Ramalho Foz
Diretora Financeira

Roberto Luís Silva
CRC:1SP212896/O-7

ASSOCIAÇÃO "OBRA DO BERÇO"

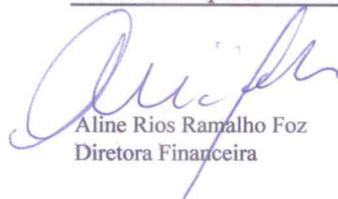
CNPJ: 62.440.045/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.013

(Em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
RECEITAS			
Subvenções municipais		4.080	3.710
Receitas de eventos		1.177	987
Receitas com publicações		304	-
Receitas de projetos		169	198
Doações e contribuições		140	873
Outras receitas		102	89
Receitas financeiras		206	265
Total das receitas		<u>6.178</u>	<u>6.122</u>
CUSTOS			
Pessoal		(3.294)	(3.143)
Materiais de consumo e manutenção		(1.558)	(1.413)
Taxas e contribuições		(368)	(350)
Serviços prestados		(211)	(210)
Depreciação		(147)	(146)
Eventos beneficentes, ações socioeducativas e outros		(69)	(91)
Total dos Custos	10	<u>(5.647)</u>	<u>(5.353)</u>
DESPESAS			
Pessoal		(498)	(684)
Materiais de consumo e manutenção		(24)	(28)
Taxas e contribuições		(46)	(41)
Serviços prestados		(171)	(57)
Depreciação		(18)	(20)
Eventos beneficentes, ações socioeducativas e outros		(235)	(129)
Total das despesas	10	<u>(992)</u>	<u>(959)</u>
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		<u>(461)</u>	<u>(190)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Aline Rios Ramalho Foz
Diretora Financeira


Roberto Luís Silva
CRC: 1SP212896/O-7

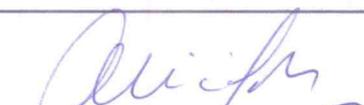

Vera Helena Mendonça Pires Oliveira Dias
Diretora Presidente

ASSOCIAÇÃO "OBRA DO BERÇO"

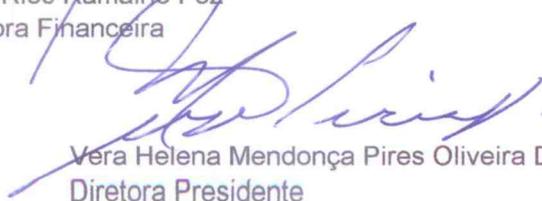
CNPJ: 62.440.045/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
POR ÁREA DE ATUAÇÃO

	31/12/2012	31/12/2013
RECEITAS SERVIÇOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO		
Centro de Educação Infantil - CEI Anna Cândida Brasil Navarro	915.882,35	1.140.732,53
Centro de Educação Infantil - CEI Ana Claudina Carvalho F. de Camargo	1.008.617,03	1.059.662,98
Centro de Educação Infantil - CEI Maria Estefano Maluf	957.087,11	998.234,36
Total	2.881.586,49	3.198.629,87
RECEITAS SERVIÇOS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Centro para Crianças e Adolescentes - Nossa Vida, Nossa Arte	593.146,86	558.214,58
Centro para a Juventude I e II - Educação Empreendedora para Jovens	539.016,54	566.822,86
Centro de Convivência - Jardim Rebouças	7.890,02	5.339,54
Total	1.140.053,42	1.130.376,98
RECEITAS ADMINISTRATIVAS		
Administração Central	924,71	1.157,90
Desenvolvimento Institucional	2.099.703,60	1.848.503,05
Total	2.100.628,31	1.849.660,95
TOTAL GERAL DE RECEITAS	6.122.268,23	6.178.667,80
DESPESAS PROGRAMAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO		
Centro de Educação Infantil - CEI Anna Cândida Brasil Navarro	1.071.851,39	1.173.759,30
Centro de Educação Infantil - CEI Ana Claudina Carvalho F. de Camargo	1.073.909,30	1.221.326,43
Centro de Educação Infantil - CEI Maria Estefano Maluf	1.009.147,24	1.061.834,68
Total	3.154.907,93	3.456.920,41
DESPESAS PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Centro para Crianças e Adolescentes - Nossa Vida, Nossa Arte	996.016,67	914.319,89
Centro para a Juventude I e II - Educação Empreendedora para Jovens	861.243,38	965.346,06
Centro de Convivência - Jardim Rebouças	298.451,58	271.089,55
Total	2.155.711,63	2.150.755,50
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Administração Central	735.216,88	561.766,05
Desenvolvimento Institucional	266.295,52	469.677,65
Total	1.001.512,40	1.031.443,70
TOTAL GERAL DE DESPESAS	6.312.131,96	6.639.119,61
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	-189.863,73	-460.451,81


Aline Rios Ramalho Foz
Diretora Financeira


Roberto Luis Silva
CRC:1SP212896/O-7


Vera Helena Mendonça Pires Oliveira Dias
Diretora Presidente

ASSOCIAÇÃO "OBRA DO BERÇO"

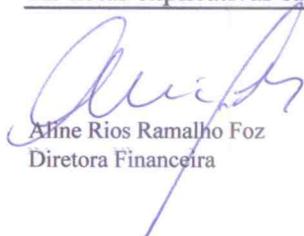
CNPJ: 62.440.045/0001-34

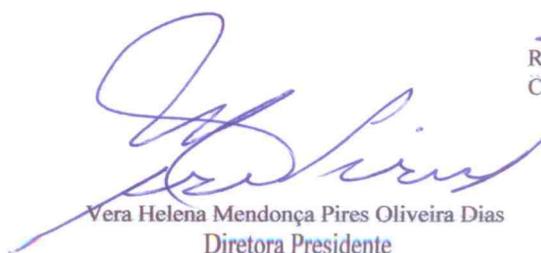
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.013

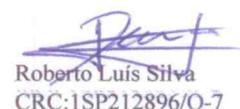
(Em milhares de reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do exercício	(461)	(190)
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciações	165	166
Provisão para riscos e processos judiciais	2	11
Baixa de itens do ativo imobilizado	-	9
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(128)	2
Adiantamentos a fornecedores	(82)	(20)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(69)	(6)
Provisão para riscos e processos judiciais	(15)	-
Obrigações sociais a recolher	(42)	14
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(630)</u>	<u>(14)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e valores mobiliários	677	41
Aquisição de bens do ativo imobilizado	<u>(85)</u>	<u>(93)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	592	(52)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(38)</u>	<u>(66)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	868	934
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	830	868
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(38)</u>	<u>(66)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Aline Rios Ramalho Foz
Diretora Financeira


Vera Helena Mendonça Pires Oliveira Dias
Diretora Presidente


Roberto Luís Silva
CRC:1SP212896/O-7

ASSOCIAÇÃO "OBRA DO BERÇO"

CNPJ: 62.440.045/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Superávit/(Déficit) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.724	1.097	4.821
Déficit do exercício	-	(190)	(190)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	<u>3.724</u>	<u>907</u>	<u>4.631</u>
Déficit do exercício	-	(461)	(461)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	<u>3.724</u>	<u>446</u>	<u>4.170</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Aline Rios Ramalho Foz
Diretora Financeira


Vera Helena Mendonça Pires Oliveira Dias
Diretora Presidente


Roberto Luis Silva
CRC:1SP212896/O-7

ASSOCIAÇÃO "OBRA DO BERÇO"

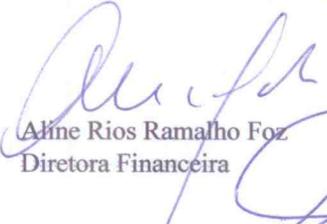
CNPJ: 62.440.045/0001-34

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.013

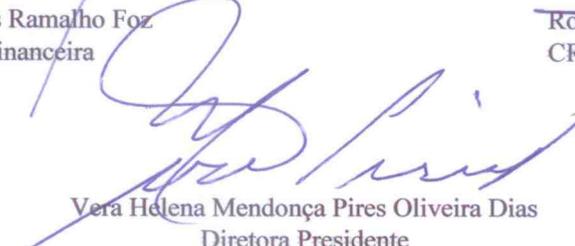
(Em milhares de reais)

	<u>2.013</u>	<u>2.012</u>
Superávit (déficit) do exercício	(461)	(190)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(461)</u>	<u>(190)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Aline Rios Ramalho Foz
Diretora Financeira


Roberto Luís Silva
CRC:1SP212896/O-7


Vera Helena Mendonça Pires Oliveira Dias
Diretora Presidente

Associação Obra do Berço

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2013 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

Tentativo e preliminar para discussão

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Associação Obra do Berço
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Obra do Berço (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (pronunciamento técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Obra do Berço em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (pronunciamento técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC).

São Paulo, 23 de abril de 2014

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 000164/O-4

João Rafael Araújo
Contador
CRC nº 1 SP 246752/O-6

Tentativo e preliminar para discussão

ASSOCIAÇÃO OBRA DO BERÇO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Associação “Obra do Berço” (“Associação”), cuja constituição é por tempo indeterminado, tem por fim imprimir permanente atividade ao amparo as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, promovendo ações educativas, culturais, de assistência social e de saúde, por meio de seus programas de atendimento. Tem como missão promover ações educativas, culturais, sociais e de saúde à criança, ao jovem, ao adolescente e às famílias, visando à formação de um ser humano participativo e consciente de seu papel como cidadão.

É uma entidade de utilidade pública federal, estadual e municipal, sem fins lucrativos, fundada em 1938 pela religiosa Mère Amedée, do Colégio Nossa Senhora de Sion, na cidade de São Paulo, com o propósito de confeccionar e distribuir enxovais a recém-nascidos carentes.

Conforme Portaria nº 173, de 25 de fevereiro de 2011, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação concluiu terem sido atendidos os requerimentos de entidade de assistência social e certificou a Associação pelo período de 15 de dezembro de 2009 a 14 de dezembro de 2012, como Entidade Beneficente de Assistência Social. Em 02 de julho de 2012 a Associação entrou com um pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, em conformidade com a Lei n. 12.101, de 27 de novembro de 2009.

A Associação é regulada pelo Código Civil Brasileiro e, por não ter característica de pessoa jurídica nem de empresa, não está sujeita ao pagamento de tributos sobre o faturamento. Está sujeita apenas ao pagamento do Programa de Integração Social - PIS, com base na folha de pagamento, das contribuições previdenciárias e dos impostos retidos na fonte.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que já foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, especificamente a NBC ITG 2002, aprovada pela Resolução nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 e a NBC-T nº 19.4, aprovada pela Resolução nº 1.305, de 25 de novembro de 2010, relativas a entidades sem fins lucrativos.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Apuração do déficit/superávit

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência dos exercícios. As receitas correspondem, principalmente, às receitas de contribuições e doações vinculadas a projetos relacionados à Associação.

2.4. Doações e contribuições

As doações e contribuições recebidas que visam ao patrocínio de serviços e projetos, bem como a receita financeira resultante da aplicação desses recursos antes de sua alocação ao serviço e/ou projeto, foram aplicadas em suas finalidades institucionais, em conformidade com o estatuto social. As doações e contribuições espontâneas e sem destinação específica são reconhecidas na rubrica “Receitas com doações” e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem em fundos de caixa, recursos em contas-correntes bancárias de livre movimentação e de aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias. Os Certificados de Depósito Bancário - CDBs e as operações compromissadas são registrados ao custo, mais rendimentos auferidos, até as datas de encerramento dos exercícios e são resgatáveis no prazo inferior a três meses.

2.6. Títulos e valores mobiliários

Classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento e demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento dos exercícios, equivalentes ao seu valor justo.

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear com base na estimativa da vida útil-econômica de cada ativo ou componentes de um ativo. O valor residual, a vida útil dos ativos e o método de depreciação são revisados no encerramento dos exercícios e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

2.8. Provisão para riscos trabalhistas

Constituída para causas cujos riscos de perda são avaliados como prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Associação, considerando a natureza dos processos e a experiência dos assessores jurídicos e da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem.

2.9. Provisão para férias e encargos sociais

Constituída com base na remuneração dos empregados e nos direitos adquiridos nas datas de encerramento dos exercícios, incluindo o abono de férias e os respectivos encargos.

2.10. Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Associação, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à determinação da provisão para riscos e à determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado.

2.11. Novos pronunciamentos contábeis

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de dezembro de 2013. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

Em 31 de dezembro de 2013, algumas novas normas emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios de 2014 e de 2015. A Administração da Associação avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	1	-
Bancos conta movimento	<u>829</u>	<u>868</u>
Total	<u>830</u>	<u>868</u>

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Referem-se a operações de renda fixa, que têm por objetivo buscar a valorização das cotas por meio da aplicação dos recursos em carteiras diversificadas de ativos financeiros, remunerados a taxas que variam de 98,00% a 101,72% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, sendo R\$ 1.779 em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.456 em 31 de dezembro de 2012).

5. CONTAS A RECEBER

Representam contribuições mensais da Prefeitura do Município de São Paulo para os serviços conveniados, sendo R\$ 196 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 68 em 31 de dezembro de 2012).

6. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	2013		2012
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Edifícios	4	2.176	(1.038)	1.138
Equipamentos, móveis e utensílios	10 a 20	686	(406)	280
Instalações	10	125	(90)	35
Veículos	20	<u>54</u>	<u>(51)</u>	<u>3</u>
Total		<u>3.041</u>	<u>(1.585)</u>	<u>1.456</u>

A movimentação do ativo imobilizado é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.618
Adições	93
Baixas	(9)
Depreciação	<u>(166)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.536
Adições	85
Depreciação	<u>(165)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>1.456</u>

7. FORNECEDORES

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ações socioeducativas	27	124
Consumo e manutenção	54	33
Eventos beneficentes	1	3
Serviços prestados	8	9
Outros	<u>18</u>	<u>8</u>
Total	<u>108</u>	<u>177</u>

8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Provisão de férias	21	69
Programa de Integração Social – PIS	5	6
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	24	26
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	35	29
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	<u>25</u>	<u>22</u>
Total	<u>110</u>	<u>152</u>

9. PROVISÃO PARA RISCOS

Riscos Trabalhistas

A Associação possui processos judiciais na área trabalhista, surgidos no curso normal de suas operações, envolvendo questões relacionadas a diferenças de horas extras e reflexos em verbas rescisórias. A Administração, com base na análise dos processos em andamento e tendo como suporte a opinião dos assessores jurídicos externos, constituiu provisão para riscos no valor de R\$ 2 e pagou R\$ 15 através de depósito judicial durante o exercício de 2013 (saldo de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2013) para cobrir prováveis desfechos desfavoráveis em processos trabalhistas em andamento.

IRRF sobre os rendimentos financeiros

Com a promulgação da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, as entidades imunes passaram a ser tributadas pelo IRRF sobre os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras de rendas fixa e variável. A Associação, alegando inconstitucionalidade da Lei e amparada por liminar concedida em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.802-3, expedida pela Justiça Federal em dezembro de 1997, não tem os seus rendimentos tributados pelo IRRF desde janeiro de 1998. A Associação, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que avaliam como remota a possibilidade de perda, não constituiu provisão para a eventual perda do referido processo.

10. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Associação apresentou a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesa com pessoal	(3.792)	(3.826)
Materiais de consumo e manutenção	(1.582)	(1.441)
Taxas e contribuições	(414)	(391)
Serviços prestados	(382)	(267)
Depreciação	(165)	(166)
Eventos beneficentes, ações socioeducativas e outros	<u>(304)</u>	<u>(221)</u>
Total	<u>(6.639)</u>	<u>(6.312)</u>

11. SUBVENÇÕES MUNICIPAIS

Representam convênios celebrados com a Prefeitura do Município de São Paulo para o desenvolvimento de atividades sociais, conforme a seguir:

- Serviço Centros de Educação Infantil - unidades conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação;
- Serviço Centro de Crianças e Adolescentes - Nossa Vida, Nossa Arte - conveniado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
- Serviço Centro de Juventude – Educação Empreendedora para Jovens - conveniado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

12. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Associação, que não possui fins lucrativos, é isenta do pagamento de impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com o artigo 150, da Constituição Federal, e também das contribuições sobre o total das remunerações pagas aos empregados, de acordo com o artigo 55, da Lei nº 8.212/91, com a alteração dada pela Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1996.

A Associação conseguiu renovar o certificado de filantropia do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que assegura imunidade das contribuições da cota patronal do INSS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. A renovação foi concedida conforme Portaria nº 173, de 25 de fevereiro de 2011 e a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação concluiu terem sido atendidos os requerimentos de entidade de assistência social e certificou a Associação pelo período de 15 de dezembro de 2009 a 14 de dezembro de 2012. Em 02 de julho de 2012, a Associação protocolou junto ao Ministério da Educação – Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, requerimento de Renovação da concessão de Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, ainda em análise.

Em 2013 e em 2012, os recursos recebidos pela Associação foram aplicados em projetos de caráter social, conforme descrito na nota explicativa nº 1, e no custeio de suas atividades.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Associação, representados por títulos e valores mobiliários, contas a receber e fornecedores. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidos das respectivas apropriações de juros, por índices inflacionários, entre outros.

b) Valores contábeis e de mercado de instrumentos financeiros

A Administração da Associação considera que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método do custo amortizado, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

c) Riscos de capital

A Associação depende de doações e subvenções para continuar operando e exercendo suas atividades sociais. A Associação entende que continuará recebendo as doações e subvenções necessárias.

14. SUPERÁVIT ACUMULADO

O superávit apurado é acumulado para ser utilizado nos gastos com os projetos vinculados à Associação e não pode ser distribuído sob nenhuma forma.

15. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na Assembléia Geral Ordinária realizada em 23 de abril de 2014, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras.
